

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Direcção de Serviços de Inovação e Competitividade

Manual de Gestão e Controlo Interno

Definido ao abrigo do
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DRAPN de 2010

Por:

Director de Serviços de Inovação e Competitividade

Novembro 2010

ÍNDICE

1. <u>Enquadramento no Plano</u>	2
1.1. Definição sumária das atribuições da Direcção de Serviços.....	2
1.2. Nota metodológica e identificação dos processos.....	3
2. <u>Definição do Sistema de Controlo Interno por área funcional/processo</u>	4
2.1. Atribuição de direitos	4
2.1.1. Licenciamento Industrial e Regime de Exercício de Actividade Industrial.	4
2.1.2. Regime de Exercício da Actividade Pecuária.....	5
2.2. Benefícios Financeiros – PRODER	5
3. Anexos:	7
Anexo nº. 1 – Declaração de imparcialidade	8
Anexo nº. 2 – Regime de Exercício de Actividade Pecuária.....	9
Anexo nº. 3 – Regime de Exercício de Actividade Pecuária.....	12
Anexo nº. 4 – Regime de Exercício de Actividade Pecuária.....	15
Anexo nº. 4 – Ficha 1 – Controlo de Qualidade – Processo de Análise.....	16
Anexo nº. 5 – Ficha 2 – Controlo de Qualidade – Controlo Documental.....	17

1. Enquadramento no Plano

1.1. Definição sumária das atribuições da Direcção de Serviços

A **Direcção de Serviços de Inovação e Competitividade**, abreviadamente DSIC, promove e assegura a conformidade e análise das candidaturas aos programas de apoio ao investimento no complexo agro-florestal, assegura o licenciamento agrícola e agro-industrial bem como a qualidade e a inovação.

Na dependência da Direcção de Serviços de Inovação e Competitividade ficam:

- **a Divisão de Inovação e Mercados;**
- **a Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Braga;**
- **a Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Vila Real.**

Divisão de Inovação e Mercados — A esta Divisão compete:

- a) Verificar a coerência entre as candidaturas apresentadas e a sua adequação à estratégia do desenvolvimento rural, nacional e regional;
- b) Promover e acompanhar a execução da medida Cooperação para o Desenvolvimento da Inovação do Programa de Desenvolvimento Rural;
- c) Executar medidas de política relativas à qualidade;
- d) Promover a modernização das estruturas de transformação e comercialização dos produtos agro-alimentares e assegurar o licenciamento;
- e) Desenvolver a cooperação empresarial para o mercado e internacionalização;
- f) Promover o aumento do conhecimento e melhoria do potencial humano;
- g) Fomentar a inovação e experimentação no âmbito dos mercados.

Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Braga e de Vila Real – A estas Divisões compete:

- a) Executar, de acordo com as normas funcionais definidas pelos serviços centrais, as acções necessárias à gestão de projectos apoiados pelas ajudas nacionais e comunitárias;
- b) Promover a tramitação necessária ao pagamento de ajudas.

Áreas territoriais de actuação:

- Divisão de Braga – corresponde às das Delegações Regionais do Alto Trás-os-Montes, Nordeste Transmontano, Minho-Lima e Cavado;
- Divisão de Vila Real – corresponde às das Delegações Regionais do Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Douro.

1.2. Nota metodológica e identificação dos processos

No **Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infracções Conexas da DRAPN**, foi elaborado um diagnóstico dos principais processos que revelou que, na generalidade, estes padecem de controlo interno, pelo que o Plano procura corrigir esta situação através da criação de Manuais e de Regulamentos Específicos para cada tipologia de processos.

Os Regulamentos e os Manuais indicados nas medidas serão submetidos à aprovação prévia do Director Regional e deverão contemplar designadamente a segregação de funções, declarações de interesses, verificação aleatória dos processos e sua periodicidade.

A implementação das Medidas é atribuída em princípio aos dirigentes directos que efectuem a gestão das áreas funcionais e em algumas têm também o concurso do Director dos Serviços de Apoio e Gestão de Recursos sempre que o impacto financeiro dos processos seja significativo.

Os controlos internos a realizar pelos dirigentes directos serão objecto de relatórios a submeter ao Director Regional no fim dos períodos estabelecidos nos correspondentes Regulamentos ou Manuais.

Contudo, poderá o Director Regional em qualquer momento decidir mandar efectuar auditorias e controlos aos procedimentos definidos através do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos.

Prevê igualmente o plano que os processos não incluídos possam ser também objecto de controlo através do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos com base em proposta previamente aprovada pelo Director Regional.

A supervisão do controlo e da monitorização do Plano são efectuados pelo Director Regional através do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos.

Durante 2010, primeiro ano de implementação do plano, efectuar-se-ão auditorias com periodicidade trimestral a todos os serviços de forma a poder garantir-se uma correcta monitorização do Plano, bem como os registos necessários à fundamentação do Relatório Anual a produzir durante o mês de Janeiro de 2011, o qual será apresentado ao Conselho de Prevenção da Corrupção e às demais entidades que o Conselho recomendou.

Com base no Relatório Anual efectuar-se-ão alterações ao Plano para o ano seguinte para que progressivamente sejam eliminados os riscos ainda não debelados ou de outros entretanto identificados.

O presente Plano e as suas posteriores actualizações passarão a constituir anualmente mais um instrumento de gestão da DRAPN a ser executado por todos os responsáveis e demais agentes.

Na Direcção de Serviços foram identificados processos na área de atribuição de direitos e na área de atribuição de benefícios financeiros, a incluir na programação de 2010, que, como é explicitado no Plano, resultaram de uma avaliação empírica **“Os riscos identificados bem como a sua frequência são potenciais e são o resultado de avaliação de sensibilidade efectuada por equipas específicas, uma vez que ainda não há registos de controlo anteriores sistematizados que pudessem ajudar a formular juízos diferentes.”**

Tipologia dos Processos:

Área de atribuição de direitos:

- Licenciamento Industrial (Decreto Regulamentar n.º 61/2007, de 9 de Maio)
- Regime de Exercício de Actividade Industrial (Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Janeiro)
- Regime de Exercício de Actividade Pecuária (Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro)

Área de benefícios financeiros:

- PRODER (Portaria n.º 357-A/2008, Portaria n.º 496-A/2008, Portaria n.º 1229-A/2008, Portaria n.º 666/2009, Portaria n.º 1162/2009 e Portaria n.º 814/2010).

2. Definição do Sistema de Controlo Interno por área funcional/processo

2.1. Atribuição de direitos

2.1.1 Licenciamento Industrial e Regime de Exercício da Actividade Industrial

Os riscos que potencialmente foram identificados no Plano acima referido para as diferentes fases desta tipologia de processos foram qualificados como inexistentes ou como pouco frequentes.

Por outro lado, atendendo à interligação existente das diferentes fases de desenvolvimento de cada processo e à existência de uma plataforma informática nacional interactiva onde decorrem todos os procedimentos inerentes ao licenciamento industrial, gerida pela Agência para a Modernização Administrativa, contribui de um modo significativo para a diminuição dos riscos. Esta entidade tem acesso a toda a informação submetida na plataforma quer pela Entidade Coordenadora do Licenciamento (no nosso caso é a DRAPN), quer pelos industriais e restantes entidades envolvidas no processo.

Esta organização processual permite que todos os intervenientes possam exercer funções de controlo e fiscalização podendo assim detectar eventuais irregularidades ou alguma falta de transparência em todo o processo.

Embora a existência de todas estas barreiras reduza significativamente a ocorrência dos riscos acima identificados a **Divisão de Inovação e Mercados (DIM)** implementará um sistema de controlo interno em que será analisada uma **amostra de 5%** dos pedidos entrados. A amostra será definida de modo aleatório pelo Director de Serviços e os critérios deverão ser previamente conhecidos por toda a equipa técnica envolvida.

As análises aos processos da amostra serão efectuadas pela Chefe de Divisão na presença dos técnicos encarregues dos mesmos e terão como base a comparação dos dados que são colocados na plataforma informática com as respectivas solicitações em base materializada. Cada análise será objecto de um relatório a apresentar ao Director Regional.

Como medida complementar todos os processos serão capeados por uma declaração de interesses dos técnicos que farão a sua análise e proporão a respectiva decisão (anexo 1).

2.1.2. Regime de Exercício da Actividade Pecuária

A Divisão de Inovação e Mercados é o Serviço de Supervisão da Entidade Coordenadora desta actividade que é a DRAPN.

Tal como nos processos de licenciamento industrial existem também várias entidades intervenientes. A existência destas entidades aumenta o controlo e diminui o risco de ocorrências de situações menos transparentes.

Esta tipologia de processo está a ser executada unicamente em papel, sendo previsível que a curto prazo seja implementada uma aplicação informática.

Nesta fase a **DIM** irá proceder à análise de **1%** dos processos entrados para as várias classes de licenciamento (anexo 2, 3 e 4). A amostra será definida de modo aleatório pelo Director de Serviços e os critérios deverão ser previamente conhecidos por toda a equipa técnica envolvida.

As análises aos processos da amostra serão efectuadas pela Chefe de Divisão na presença dos técnicos encarregues dos mesmos. Cada análise será objecto de um relatório a apresentar ao Director Regional.

Todos os processos serão capeados por uma declaração de interesses dos técnicos que farão a análise dos mesmos e proporão a respectiva decisão (anexo nº. 1)

2.2. Benefícios financeiros – PRODER

No Plano foram identificadas as fases dos processos e os riscos correspondentes como de seguida se apresenta:

- a) *Fase do processo*: Distribuição dos pedidos de apoio pelos coordenadores
Identificação do risco: Conluio na distribuição dos pedidos de apoio;
- b) *Fase do processo*: Análise técnica, económica e financeira e controlo documental dos pedidos de apoio pelos técnicos e respectiva emissão de pareceres.
Identificação do risco: Pareceres em desconformidade com as normas;
- c) *Fase do processo*: Pareceres dos coordenadores.
Identificação do risco: Pareceres em desconformidade com as normas;
- d) *Fase do processo*: Pareceres do Director Regional.
Identificação do risco: Pareceres em desconformidade com as normas;
- e) *Fase do processo*: Audiência prévia
Identificação do risco: Pareceres em desconformidade com as normas.

A distribuição dos pedidos de apoio pelos coordenadores é precedida de emissão de uma declaração de interesses que faz parte integrante de cada processo (anexo nº. 1).

As outras fases acima identificadas possuem vários níveis de decisão, todo o processo decorre online, podendo as propostas que recaiam sobre cada processo serem objecto de alterações em consequência dos controlos de qualidade que venham a ser efectuados ou em resultado das audiências prévias enquanto não forem submetidas ao Director Regional para decisão final.

Os documentos encontram-se anexados ao pedido de apoio, os promotores colocam-nos numa plataforma, onde só tem acesso o técnico que está a efectuar a análise e o coordenador.

O PRODER possui vários mecanismos de controlo, estes foram instituídos pelo Secretariado Técnico (ST) do PRODER e pela Autoridade de Gestão.

O sistema que se encontra implementado contempla controlo semanal de vários pedidos de apoio. A **amostra** é definida pelo ST PRODER. Os pedidos de apoio que entram nesta situação ficam bloqueados não podendo ser manipulados por nenhum dos anteriores intervenientes.

Também semanalmente é elaborado um relatório de análise constituído por duas fichas de controlo de qualidade, uma do Processo de Análise e outra do Controlo Documental (anexos 5 e 6) por cada pedido de apoio seleccionado e nalgumas ocasiões chega a existir a reanálise do pedido de apoio e a alteração da proposta inicial.

- f) *Fase do processo*: Pedidos de pagamento (análise dos documentos de despesa e emissão de parecer)

Identificação do risco: Erros na apreciação

Tal como nos processos anteriores a análise dos pedidos de pagamento está devidamente enquadrada através de um manual de procedimentos elaborada pela Autoridade de Pagamento (IFAP).

O programa informático dos pedidos de pagamento possui vários sistemas de alertas que impedem que se cometam alguns erros sistémicos.

O IFAP semanalmente constrói uma amostra com pedidos de pagamento que quer verificar, após a verificação é elaborado um relatório e se for caso disso o pagamento fica suspenso até à correcção das deficiências detectadas.

Por último, a segregação de funções é garantida aquando da distribuição dos pedidos de pagamento pelos vários técnicos analistas. Trata-se de uma missão dos Chefes de Divisão.

3. Anexos:

Anexo nº. 1 – Declaração de Interesses

Anexo nº. 2 – Regime de Exercício de Actividade Pecuária (classe 1)

Anexo nº. 3 – Regime de Exercício de Actividade Pecuária (classe 2)

Anexo nº. 4 – Regime de Exercício de Actividade Pecuária (classe 3)

Anexo nº. 4 – Ficha 1 – Controlo de Qualidade – Processo de Análise

Anexo nº. 5 – Ficha 2 – Controlo de Qualidade – Controlo Documental

DECLARAÇÃO
(Garantias de Imparcialidade)

_____, a exercer funções na Divisão de _____, da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, declara(o) sob compromisso de honra, que não me encontro em nenhuma das situações integráveis nas normas contidas no art.º 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto Lei n.º 442/91, com a nova redacção dada pelo Decreto Lei n.º 6/96, de 23 de Janeiro.

Mais declaro, sob compromisso de honra, que não me encontro impedida(o) ao abrigo de qualquer norma prevista em Lei especial.

Mirandela, --/--/20--

Anexo nº. 2

CLASSE 1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA (REAP - DL nº214/2008, de 10 de Novembro)

Item / Condições	NOVAS EXPLORAÇÕES			REGULARIZAÇÃO			RECLASSIFICAÇÃO		
	Classe 1 + AIA	Classe 1 + AIA + PCIP	Classe 1	Classe 1 + AIA	Classe 1 + AIA + PCIP	Classe 1	Classe 1 + AIA	Classe 1 + AIA + PCIP	Classe 1
1. DOCUMENTAÇÃO GERAL									
Formulário	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comprovativo do pagamento da taxa	X	X	X	X	X	X			
Comprovativo do pagamento das taxas complementares	(a)	(a)	(a)						
Comprovativo da Identificação de Beneficiário (IB -IFAP)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comprovativo do Registo Parcelário (Cópia do F1 ou IE do ISIF)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Declaração de Responsabilidade Sanitária (Obrigatório com NP > 75 CN)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Declaração de Responsabilidade pelos animais	X	X	X	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)
Declaração de Produtor	(a)	(a)	(a)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)	(d)
2. MEMÓRIAS DESCRITIVAS GERAIS									
Plano de Produção - Indicação da previsão das produções e/ou atividades anuais	X	X	X	X	X	X			
Descrição das estratégias alimentares previstas	X	X	X	X	X	X			
Descrição das normas regulamentares expressas nas portarias para a(s) espécie(s) ou atividade(s) pecuária(s) prevista(s)	X	X	X	X	X	X			
Caracterização dos tipos de energia a utilizar e perspectivas de consumo	X	X	X	X	X	X			
Listagem de máquinas/equipamento a instalar (1)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)			
Regime de laboração e número de trabalhadores (2)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)			
Descrição das instalações de carácter social (3)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)			
3. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO									
Identificação dos factores de risco interno (agentes químicos, físicos e biológicos), riscos de incêndio e de explosão (4)	X	X	(a)						
Escolha de tecnologias que permitam reduzir riscos da utilização de equipamentos e produtos agrícolas (5)	X	X	X						
Condições de armazenamento e manipulação de produtos inflamáveis/tóxicos e outros perigosos (6)	(a)	(a)	(a)						
Descrição de medidas e meios de prevenção de riscos profissionais e de protecção de trabalhadores (7)	X	X	X						
Indicação principais fontes emissão de ruído e certificação sistemas segurança máquinas/equipamento (8)	X	X	X	X	X	X			
Meios de deteção e alarme para casos de situações de risco (9)	X	X	X						
Descrição da forma de organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho (10)	X	X	X						
4. EDIFICAÇÃO E EQUIPAMENTO									
4.1 Procedimento iniciado antes do pedido de licenciamento REAP									
Comprovativo do pedido de informação prévio (PIP)				(e)	(e)	(e)			
Comprovativo de PIP com parecer favorável/favorável condicionado	(b)	(b)	(b)	(e)	(e)	(e)			
licença de uso/alvará das instalações destinadas à actividade pecuária (11)				(e)	(e)	(e)			
4.2 Procedimento em paralelo com o pedido de licenciamento REAP									
Pedido de informação Prévia				(e)	(e)	(e)			
Pedido de licença de construção das instalações destinadas à actividade pecuária				(e)	(e)	(e)			
Comunicação Prévia das Instalações destinadas à actividade pecuária	(b)	(b)	(b)	(e)	(e)	(e)			
Pedido de autorização de utilização das instalações destinadas à actividade pecuária				(e)	(e)	(e)			
Pedido de alteração de utilização das instalações destinadas à actividade pecuária				(e)	(e)	(e)			
Declaração do titular em que a operação não envolve a realização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio (11)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Projectos de electricidade e de produção de energia térmica (13)	X	X	X						
Pedido de licença ou autorização de equipamento utilizado na actividade pecuária, abrangidos por legislação específica (14)	(a)	(a)	(a)						
5. PROTECÇÃO AMBIENTAL									
5.1 Avaliação de Impacto Ambiental									
5.1.1. Procedimento AIA anterior ao processo REAP									
Declaração de dispensa de AIA									
DIA favorável, se AIA com projecto de execução do REAP	(b)	(b)		(b)	(b)				
DIA favorável, com procedimento AIA em fase de estudo prévio, com parecer de conformidade RECAPE									
Documento comprovativo do deferimento tácito									
5.1.2. Procedimento AIA em simultâneo com o processo REAP									
Pedido de dispensa de AIA									
EIA em projecto de execução	(b)	(b)		(b)	(b)				
DIA favorável em fase de estudo prévio com pedido RECAPE									
Documento comprovativo do deferimento tácito									
5.2 Procedimento de Licença Ambiental									
5.2.1 Pedido de licença ambiental anterior ao processo REAP									
Parecer de exclusão do regime PCIP		(b)			(b)				
Licença Ambiental									
5.2.2 Pedido de licença ambiental em simultâneo processo REAP									
Pedido de exclusão do regime PCIP		(b)			(b)				
Pedido de Licença Ambiental (apresentar formulário PCIP)									

CLASSE 1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA (REAP - DL nº214/2008, de 10 de Novembro)

Item / Condições	NOVAS EXPLORAÇÕES			REGULARIZAÇÃO			RECLASSIFICAÇÃO		
	Classe 1 + AIA	Classe 1 + AIA + PCIP	Classe 1	Classe 1 + AIA	Classe 1 + AIA + PCIP	Classe 1	Classe 1 + AIA	Classe 1 + AIA + PCIP	Classe 1
5.3 Utilização de Recursos Hídricos									
Título de utilização dos recursos hídricos (TURH), pedido de informação prévia (FIP) ou pedido de emissão/renovação/alteração do TURH (ou comprovativo do respectivo pedido) relativo a captações de águas superficiais, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, FIP ou pedido de emissão/renovação/alteração do TURH ou comprovativo do respectivo pedido) relativo a captações de águas subterrâneas (incluindo a pesquisa para as captações novas) de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, FIP ou pedido de emissão/renovação/alteração de TURH (ou comprovativo do respectivo pedido), relativo à rejeição de águas residuais no domínio hídrico, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, FIP ou pedido de emissão/renovação/alteração de TURH (ou comprovativo do respectivo pedido), relativo à reutilização de águas residuais tratadas na rega de culturas agrícolas, florestais e/ou espaços verdes, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, FIP ou pedido de emissão/renovação de TURH (ou comprovativo do respectivo pedido), relativo à ocupação do domínio público hídrico, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, FIP ou pedido de emissão / renovação de TURH (ou comprovativo do respectivo pedido), relativo a outro tipo de utilização dos recursos hídricos, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Documento comprovativo da autorização de ligação à rede de drenagem colectiva ou da entidade gestora da ETAR colectiva	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Documento comprovativo da ligação à rede de abastecimento de água colectiva	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
5.4 Gestão de efluentes pecuários									
Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEF) (15)	X	X	X	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)
Caracterização qualitativa e quantitativa dos efluentes pecuários ou de outros efluentes das actividades pecuárias: indicação dos sistemas de monitorização utilizados, dimensionamento dos sistemas de retenção e gestão previstos, medidas destinadas à sua minimização, tratamento ou valorização agrícola própria.	X	X	X	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)
5.5 Outros procedimentos ambientais									
CELE- Regime de Comércio Europeu de Licenças de Emissão									
Procedimento de TEGEE anterior ao processo REAP									
TEGEE - Título de gases com efeito de estufa				(e)	(e)	(e)			
Procedimento de TEGEE em simultâneo com o processo REAP									
Pedido de título de emissão de gases com efeito de estufa (TEGEE) (16)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Caracterização das emissões atmosféricas geradas na actividade de combustão ou de incineração de cadáveres: (19)	(a)	(a)	(a)						
OGR - Operação de Gestão de Resíduos									
Procedimento de OGR anterior ao processo REAP									
Abravé de OGR em instalações não sujeitas a licença ambiental (18)				(a)		(a)			
Nº de Inscrição SIRAPA (18)				(a)		(a)			
Procedimento de TOGR em simultâneo com o processo REAP									
Documentação relativa a operações de gestão de resíduos em instalações não sujeitas a licença ambiental (18)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Pedido de autorização de valorização de lamas em instalações não sujeitas a licença ambiental	(a)		(a)	(e)		(e)			
Sistema de prevenção de acidentes graves com substâncias perigosas (PAG)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Caracterização dos subprodutos animais gerados na actividade, bem como a descrição de medidas internas destinadas à sua redução, valorização ou eliminação, incluindo a descrição dos locais de acondicionamento, armazenamento temporário e destino final	(a)	(a)	(a)						
Caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos, de acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de Março gerados na actividade bem como a descrição de medidas internas destinadas à redução, valorização e eliminação, incluindo a descrição dos locais de acondicionamento, de armazenamento temporário e destino final.	(a)	(a)	(a)						
Identificação das fontes de emissão de ruído e respectivas medidas de prevenção e controlo (17)	(a)	(a)	(a)						
6. PEÇAS DESENHADAS									
Planta de localização das instalações (não inferior a 1/25 000)	X	X	X	X	X	X			
Planta síntese das instalações pecuárias (não inferior a 1/500), abrangendo toda a área afectada à mesma, indicando a localização das áreas de produção, armazéns, oficinas, depósitos, circuitos exteriores, origem da água utilizada, sistemas de armazenagem	X	X	X	X	X	X			
Planta de localização de todas as instalações e equipamentos da exploração (não inferior a 1/200), devidamente legendada (26)	X	X	X						
Planta legendada das instalações (em escala não inferior a 1/200) (20)	X	X	X	(a)	(a)	(a)			
Alçados e cortes das instalações (não inferior a 1/200) (20)	X	X	X						

CLASSE 1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA (REAP - DL nº214/2008, de 10 de Novembro)

LEGENDA

	Não é requerido neste processo
X	Requerido apresentar documento justificativo.
(a)	Caso aplicável obrigatório apresentar os documentos justificativos
(b)	Obrigatorio seleccionar uma das opções
(c)	Quando o titular não coincide com o responsável pelos animais
(d)	Quando o titular não coincide com o produtor
(e)	Se possuir a documentação anexar ao processo
(f)	Caso produzam mais de 200 m3 de EP ou qualquer quantidade de SPOAT: Regularização - apresentar PGEF até 30 de Junho de 2011 Reclassificação - apresentar PGEF até 30 de Setembro de 2011

NOTAS:

- (1) Listagem de equipamento - equipamento específico sujeito a licença própria
- (2) Regime da laboração e nº trabalhadores - a partir de 9 trabalhadores
- (3) Instalações de carácter social - quando existirem
- (4) ao (10) - se aplicável
- (11) Apresenta licença de utilização das instalações, ou o pedido de licença de utilização ou comprovativo do pedido já realizado.
- (12) Quando apresentado título de utilização para actividade perniciosa ou se obras não sujeitas a controlo prévio ou não abrangida por outro tipo de títulos - não apresenta planta -
- (13) Quando aplicável
- (14) Quando existam. Ex.: produção de energia eléctrica, de calor, depósito de combustível, fábrica de rapões, etc.
- (15) Quando efluente: >200 m3 ou toneladas, quando com SPOAT, com qualquer quantidade
- (16) Se possuem equipamentos de combustão com capacidade > 20 MW
- (18) Desde que produtor, transportador ou operador de resíduos e quando possuem trabalhadores >= 10, para resíduos não perigosos, ou quando possuem trabalhadores >= 1, se para resíduos perigosos
- (19) Se possuem equipamentos de combustão ou incinerador de cadáveres animais com capacidade > 100 kWth (kilowatt térmico) (exclui geradores de emergência, sistemas de ventilação e instalações ou parte de instalações utilizadas exclusivamente para investigação, desenvolvimento ou experimentação de novos produtos ou processos)
- (20) Se existem instalações fixas
- (21) Esboço quando classe 2 extensiva e intensiva com menos de 75 CN

Anexo nº3

CLASSE 2 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA (REAP - DL Nº 214/2008, de 10 de Novembro)

Item / Condições	NOVAS EXPLORAÇÕES			REGULARIZAÇÃO			RECLASSIFICAÇÃO		
	INT >35 CN	EXTENSI VO	INT < 35 CN	INT >35 CN	EXTENSI VO	INT < 35 CN	INT >35 CN	EXTENSI VO	INT < 35 CN
1. DOCUMENTAÇÃO GERAL									
Formulário	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comprovativo do pagamento da taxa	X	X	X	X	X	X			
Comprovativo do pagamento das taxas complementares	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)			
Comprovativo da Identificação de Beneficiário (IB -IFAP)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comprovativo do Registo Parcelário (Cópia do P1 ou IE do ISIP)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Declaração de Responsabilidade Sanitária (Obrigatório com NP > 75 CN)	(a)	(a)		(a)	(a)		(a)	(a)	
Declaração de Responsabilidade pelos animais	(a)	(a)		(c)	(c)		(c)	(c)	
Declaração de Produtor	(a)	(a)		(d)	(d)		(d)	(d)	
2. MEMÓRIAS DESCRITIVAS GERAIS									
Plano de Produção - Indicação da previsão das produções e/ou actividades anuais	X	X		X	X				
Descrição das estratégias alimentares previstas	X	X		X	X				
Descrição das normas regulamentares expressas nas portarias para a(s) espécie(s) ou actividade(s) pecuária(s) prevista(s)	X	X		X	X				
Caracterização dos tipos de energia a utilizar e perspectivas de consumo	X			X					
Listagem de máquinas/equipamento a instalar (1)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)			
Regime de laboração e número de trabalhadores (2)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)			
Descrição das instalações de carácter social (3)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)			
3. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO									
Escolha de tecnologias que permitam reduzir riscos da utilização de equipamentos e produtos agrícolas (5)	(a)								
Condições de armazenamento e manipulação de produtos inflamáveis/tóxicos e outros perigosos (6)	(a)	(a)	(a)						
Descrição de medidas e meios de prevenção de riscos profissionais e de protecção de trabalhadores (7)	X	(a)	(a)						
Indicação principais fontes emissão de ruído e certificação sistemas segurança máquinas/equipamento (8)	X	(a)	(a)						
Descrição da forma de organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho (10)	X	(a)	(a)						
4. EDIFICAÇÃO E EQUIPAMENTO									
Procedimento iniciado antes do pedido de licenciamento REAP									
Comprovativo do pedido de informação prévio (PIP)	(b)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Comprovativo de PIP com parecer favorável/favorável condicionado		(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Licença de uso/alvará das instalações destinadas à actividade pecuária		(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Procedimento em paralelo com o pedido de licenciamento REAP									
Pedido de informação Prévia	(b)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Pedido de licença de construção das instalações destinadas à actividade pecuária		(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Comunicação Prévia das Instalações destinadas à actividade pecuária		(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Pedido de autorização de utilização das instalações destinadas à actividade pecuária		(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Pedido de alteração de utilização das instalações destinadas à actividade pecuária		(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Declaração do titular em que a operação não envolve a realização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio (11)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Termo de responsabilidade previsto no nº2 do art.º 30º do Decreto Lei n.º 214/2008 (12)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Projectos de electricidade e de produção de energia térmica (13)	(a)	(a)	(a)						
Pedido de licença ou autorização de equipamento utilizado na actividade pecuária, abrangidos por legislação específica (14)	(a)	(a)	(a)						

Item / Condições	NOVAS EXPLORAÇÕES			REGULARIZAÇÃO			RECLASSIFICAÇÃO		
	INT >35 CN	EXTENSI VO	INT < 35 CN	INT >35 CN	EXTENSI VO	INT < 35 CN	INT >35 CN	EXTENSI VO	INT < 35 CN
5. PROTECÇÃO AMBIENTAL									
5.1 Utilização de Recursos Hídricos									
Título de utilização dos recursos hídricos (TURH), pedido de informação prévia (PIP) ou pedido de emissão/renovação/alteração do TURH (ou comprovativo do respectivo pedido) relativo a captações de águas superficiais, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, PIP ou pedido de emissão/renovação/alteração do TURH ou comprovativo do respectivo pedido) relativo a captações de águas subterrâneas (incluindo a pesquisa para as captações novas) de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, PIP ou pedido de emissão/renovação/alteração de TURH (ou comprovativo do respectivo pedido), relativo à rejeição de águas residuais no domínio hídrico, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, PIP ou pedido de emissão/renovação/alteração de TURH (ou comprovativo do respectivo pedido), relativo à reutilização de águas residuais tratadas na rega de culturas agrícolas, florestais e/ou espaços verdes, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, PIP ou pedido de emissão/renovação de TURH (ou comprovativo do respectivo pedido), relativo à ocupação do domínio público hídrico, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
TURH, PIP ou pedido de emissão / renovação de TURH (ou comprovativo do respectivo pedido), relativo a outro tipo de utilização dos recursos hídricos, instruído de acordo com o DL nº 226-A/2007, de 31 de Maio e a Portaria nº1450/2007, de 12 de Novembro	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Documento comprovativo da autorização de ligação à rede de drenagem colectiva	(a)		(a)	(e)		(e)			
Documento comprovativo da autorização da entidade gestora da ETAR colectiva	(a)		(a)	(e)		(e)			
Documento comprovativo da ligação à rede de abastecimento de água colectiva (se aplicável)	(a)	(a)	(a)	(e)					
5.2 Gestão de efluentes pecuários									
Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEF) (15)	X	(a)	(a)	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)
Caracterização qualitativa e quantitativa dos efluentes pecuários ou de outros efluentes das actividades pecuárias indicação dos sistemas de monitorização utilizados, dimensionamento dos sistemas de retenção e gestão previstos, medidas destinadas à sua minimização, tratamento ou valorização agrícola própria.	X	(a)	(a)	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)
5.3 Outros procedimentos ambientais									
Pedido de título de emissão de Gases com Efeito de Estufa (TEGEE)	(a)								
Caracterização das emissões atmosféricas geradas na actividade de combustão ou de incineração de cadáveres (19)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
OGR - Operação de Gestão de Resíduos									
Procedimento OGR iniciado antes do pedido de licenciamento REAP									
Alvará de OGR em instalações não sujeitas a licença ambiental (18)				(e)	(e)	(e)			
Nº de inscrição no SIRAPA (18)				(e)	(e)	(e)			
Procedimento OGR em simultâneo com o pedido de licenciamento REAP									
Documentação relativa a operações de gestão de resíduos (18)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Sistema de Prevenção de Acidentes Graves com substâncias Perigosas (PAG)	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Pedido de autorização de valorização agrícola de lamas	(a)	(a)	(a)	(e)	(e)	(e)			
Caracterização dos subprodutos animais gerados na actividade, bem como a descrição de medidas internas destinadas à sua redução, valorização ou eliminação, incluindo a descrição dos locais de acondicionamento, armazenamento temporário e destino final	(a)	(a)	(a)						
Caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos, de acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de Março gerados na actividade bem como a descrição de medidas internas destinadas à redução, valorização e eliminação, incluindo a descrição dos locais de acondicionamento, de armazenamento temporário e destino final.	(a)	(a)	(a)						
6. PEÇAS DESENHADAS									
Planta de localização das instalações (não inferior a 1/25 000)	X	X	X	X	(a)	(a)			
Planta síntese das instalações pecuárias (não inferior a 1/500), abrangendo toda a área afectada à mesma, indicando a localização das áreas de produção, armazéns, oficinas, depósitos, circuitos exteriores, origem da água utilizada, sistemas de armazenagem,...	X	X	X	X	(a)	(a)			
Planta de localização de todas as instalações e equipamentos da exploração (não inferior a 1/200), devidamente legendada	X	(a)	(a)	(a)					
Planta legendada das instalações (em escala não inferior a 1/200) (20)	X	(a)	(a)	(a)					
Alçados e cortes das instalações (não inferior a 1/200) (20)	X	(a)	(a)	(a)					
Esboço da planta síntese e das instalações (21)					(a)	(a)			

LEGENDA

X	Requerido apresentar documento justificativo.
(a)	Caso aplicável obrigatório apresentar os documentos justificativos
(b)	Obrigatorio seleccionar uma das opções
(c)	Quando o titular não coincide com o responsável pelos animais
(d)	Quando o titular não coincide com o produtor
(e)	Se possuir a documentação, anexar ao processo
(f)	Caso produzam mais de 200 m3 de EP ou qualquer quantidade de SPOAT: Regularização - apresentar PGEP até 30 de Junho de 2011 Reclassificação - apresentar PGEP até 30 de Setembro de 2011

NOTAS:

- (1) Aplicável a equipamento específico sujeito a licença própria
- (2) Regime de laboração e nº de trabalhadores - a partir de 9 trabalhadores
- (3) Instalações de carácter social - quando existirem
- (4) a (10) Se aplicável
- (11) Apresenta licença de utilização das instalações, ou o pedido de licença de utilização ou comprovativo do pedido já realizado.
- (12) Quando apresentado título de utilização para actividade pecuária ou se obras não sujeitas a controlo prévio ou não abrangida por outro tipo de títulos - não apresenta planta
- (13) Quando aplicável
- (14) Quando existam.Ex.: produção de energia eléctrica, de calor, depósito de combustível, fábrica de rações, etc.
- (15) Quando efluentes >200 m3 ou toneladas, quando com SPOAT, com qualquer quantidade
- (16) Se possuírem equipamentos de combustão com capacidade > 20 MW
- (18) Desde que produtor, transportador ou operador de resíduos e quando possuem trabalhadores >= 10, para resíduos não perigosos, ou quando possuem trabalhadores >= 1, se para resíduos perigosos
- (19) Se possuírem equipamentos de combustão ou incinerador de cadáveres animais com capacidade > 100 kWth (kilowatts térmicos) (exclui geradores de emergência, sistemas de ventilação e instalações ou parte de instalações utilizadas exclusivamente para investigação, desenvolvimento ou experimentação de novos produtos ou processos)
- (20) Se existem instalações fixas
- (21) Esboço quando classe 2 extensiva e intensivas com menos de 75 CN

Anexo 4

CLASSE 3 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA (REAP - DL nº214/2008, de 10 de Novembro)

Item / Condições
Documentação Geral
Formulário
Comprovativo do pagamento da taxa
Comprovativo da Identificação de Beneficiário (IB -IFAP)
Comprovativo do Registo Parcelário (Cópia do P1 ou IE do iSIP)
Protecção Ambiental - Utilização dos recursos hídricos e gestão de efluentes pecuários
Indicação da origem da água utilizada na exploração agrícola - a preencher no formulário
Indicação dos destinos previstos para os efluentes pecuários produzidos ou de outros efluentes das actividades pecuárias (se aplicável - a preencher no formulário)

Anexo nº. 5

Controlo de Qualidade do Processo de Análise

FICHA 1

N.º Projecto	Medida	Comp	DRAP	N.º do Aviso/Período de Candidatura	
			Tipo de Cand.:	Individual	
				Fileira	
				Conjunta	
			Parecer PA	Favorável	
				Desfavorável	



(Preencher as opções com o valor "X")

1 Foram verificadas as condições de Elegibilidade do Beneficiário, de acordo com as normas de procedimentos definidos?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

Se a resposta é **Não** ou **Parcialmente**, identifique a razão:

2 Foram verificadas as condições de Elegibilidade da Operação, de acordo com as normas de procedimentos definidos?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

Se a resposta é **Não** ou **Parcialmente**, identifique a razão:

3 A análise das Condicionantes e da Localização/áreas das Parcelas foi efectuada de acordo com as normas de procedimentos definidas?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente ☐ Não aplicável

Se a resposta é **Não** ou **Parcialmente**, identifique a razão:

4 A valorização do PA, está correcta?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

Se a resposta é **Não** ou **Parcialmente**, identifique a razão:

5 O Controlo Cruzado foi efectuado, e o seu resultado evidenciado no parecer?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

Se a resposta é **Não** ou **Parcialmente**, identifique a razão:

6 Os pareceres emitidos encontram-se fundamentados, e espelham a análise efectuada ?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

Se a resposta é **Não** ou **Parcialmente**, identifique a razão:

Resultado do Controlo de Qualidade

Consequência

☐ Análise Conforme
☐ Análise não Conforme
☐ Análise Insuficiente

Remeter o PA para Decisão da AG
 Devolver o PA à DRAP/ST para se proceder à Audiência Prévia do Promotor
 Devolver o PA à DRAP/ST para colmatar as insuficiências detectadas

Identificação das não Conformidades/Insuficiências

Elaborado por: _____ Data _____

Controlo de Qualidade do Controlo Documental

FICHA 2

N.º Projecto	Medida	Com	DRAP	DRAPN	N.º do Aviso/Período de Candidatura	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>				
			Tipo de Cand.:		Individual	<input type="text"/>
					Fileira	<input type="text"/>
					Conjunta	<input type="text"/>
					Parecer PA	
					Favorável	<input type="text"/>
					Desfavorável	<input type="text"/>



(Preencher as opções com o valor "X")

- 1 Foram seleccionados para incluir na lista de Controlo Documental, os documentos necessários, para a tipologia , de Promotor e do Projecto em causa?

☐ Sim ☐ Não

Se a resposta é **Não**, identifique os documentos em falta:

- 2 Foram enviados pelo Promotor, todos os documentos solicitados?

☐ Sim ☐ Não

Se a resposta é **Não**, identifique os documentos em falta:

Quais as diligências que o técnico tomou sobre o assunto?

- 3 Da análise efectuada, os documentos apresentados, são os solicitados e dão resposta aos requisitos do CD do PA?

☐ Sim ☐ Não

Se a resposta é **Não**, identifique os documentos que não satisfazem os requisitos:

Requisito	Documento Apresentado
<input type="text"/>	<input type="text"/>

- 4 Foram anexados, os documentos, a cada um dos critérios de verificação?

☐ Sim ☐ Não

Se a resposta é **Não**, identifique os documentos não anexados:

- 5 Os documentos estavam, válidos, à data da sua verificação pelo Técnico?

☐ Sim ☐ Não

Se a resposta é **Não**, identifique os documentos não válidos:

Quais as diligências que o técnico tomou sobre o assunto?

- 6 O parecer do técnico , relativo ao Controlo Documental, está de acordo, e encontra-se fundamentado com a análise dos documentos apresentados ?

☐ Sim ☐ Não

Se a resposta é **Não**, identifique os documentos não válidos:

Resultado do Controlo de Qualidade

- ☐ Controlo Documental Conforme
☐ Controlo Documental não Conforme
☐ Controlo Documental Insuficiente

Consequência

- Remeter o PA para Decisão da AG
 Devolver o PA à DRAP/ST para se proceder à Audiência Prévia do Promotor
 Devolver o PA à DRAP/ST para colmatar as insuficiências detectadas

Identificação das não Conformidades/Insuficiências

Elaborado por:

Data